



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A FISCALIDADE CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES EM ÁFRICA

COMUNICADO DE PRETÓRIA

Ao longo dos últimos dois dias, nós, os Comissários Fiscais, Administradores e Responsáveis pelas Políticas de Fiscalidade das Administrações Fiscais de 40 países, em conjunto com os representantes de organizações bilaterais e multilaterais, activas em África no campo da fiscalidade, reunimo-nos em Pretória, África do Sul.

A conferência proporcionou-nos a oportunidade de deliberar sobre questões de fiscalidade, construção do Estado e desenvolvimento de capacidades em África e fazer uma avaliação dos progressos realizados, desafios encarados e possíveis novos rumos para as políticas e administrações fiscais africanas no século XXI. O foco da nossa reunião permitiu-nos avançar com um debate sobre às questões que se seguem:

- (i) A importância da fiscalidade no construção do Estado;
- (ii) O ambiente variável em que opera a fiscalidade em África; e
- (iii) Uma iniciativa africana: O Reforço das Administrações Fiscais Africanas.

O propósito da nossa reunião foi o de preparar uma nova abordagem à fiscalidade, construção do Estado, desenvolvimento das Administrações Fiscais Africanas e o lançamento de um Foro Africano de Fiscalidade. Esta conferência ajudou-nos a construir parcerias com as administrações fiscais de países desenvolvidos, assegurando assim uma maior sinergia e cooperação entre as organizações doadoras, reduzindo a duplicação de esforços e prestando maior apoio às Administrações Fiscais Africanas.

(i) **A Importância da Fiscalidade na Construção do Estado**

Nós, os países africanos participantes e outros países e organizações internacionais, **acreditamos** que, para confrontar e ultrapassar os desafios de desenvolvimento global de hoje, cabe aos os estados serem actores chave competentes e responsáveis. A edificação de instituições estatais competentes, num estado democrático, apoiado por instituições estatais competentes, constitui uma objectivo contínuo e de longo prazo.

Os Governos, em todo o mundo, reconhecem que a mobilização de receitas é fundamental para as suas ambições de alcançarem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Acreditamos que a existência de sistemas de fiscalidade mais eficazes serão capazes de:

1. Mobilizar a base fiscal interna como mecanismo chave, permitindo aos países em desenvolvimento libertarem-se do apoio externo ou da sua dependência num único recurso.
2. Consolidar a legitimidade dos governos, através da promoção da responsabilização dos governos perante os contribuintes, de uma administração estatal mais eficaz e da prestação de uma boa gestão financeira pública aos contribuintes;
3. Promover o crescimento económico e reduzir as desigualdades extremas, melhorando significativamente, assim, a qualidade de vida dos nossos cidadãos; e
4. Alcançar uma distribuição mais equitativa dos custos e benefícios da globalização;

(ii) O Ambiente Variável em que Opera a Fiscalidade em África

Acreditamos que a fiscalidade é essencial para o desenvolvimento sustentável. A tarefa de promover sistemas de fiscalidade, administrações fiscais e atitudes eficientes, capazes de garantir que cada país venha a colher os frutos dos seus próprios sucessos económicos, e simultaneamente, melhorar os seus níveis de governação global, é uma responsabilidade que deve ser partilhada pelas economias desenvolvidas e em desenvolvimento, pelas ONGs, investidores privados e organizações internacionais.

Concordamos que uma das questões mais prementes encaradas pelo nosso continente é a de iniciar um processo conducente a libertar os países africanos da sua dependência do apoio estrangeiro e endividamento. Condição indispensável para consegui-lo é o reforço da nossa capacidade para mobilizar recursos internos. As receitas internas deveriam ser uma das fontes principais no campo da expansão fiscal, pois sendo sustentáveis, são capazes de pôr assim termo ao ciclo de dependência dos apoios externos.

Registamos a nossa preocupação em relação às constatações internacionais respeitantes aos paraísos fiscais e à fuga de capitais. Entre 1991 e 2004, biliões de dólares foram canalizados para fora do continente africano. Estima-se que esta fuga de capitais represente 7.6% do PIB anual da região, e efectivamente, resulta em que os países africanos sejam credores líquidos dos países doadores e subverte, ainda, a base tributária dos países africanos. Se, por um lado, os países desenvolvidos estão a proporcionar Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA) e algum alívio de dívida, por outro, uma acção por parte da comunidade internacional é requerida por forma a assegurar que a base tributária em potencial dos países em desenvolvimento não seja subvertida pela fuga ao fisco internacional. Queremos incentivar a ONU e a OCDE a darem um seguimento vigoroso ao seu trabalho neste campo, promovendo, desta maneira, uma melhor cooperação internacional.

Estamos cientes de que muitos países africanos, à semelhança da maioria dos países do mundo, encaram desafios significativos com respeito à eficácia dos

seus sistemas de fiscalidade. Os rendimentos globais das receitas fiscais e o cumprimento voluntário são baixos; as bases tributárias permanecem limitadas, ao mesmo tempo que se regista um crescimento contínuo no sector informal; a tributação das transacções internacionais, sobretudo da transferência de preços, tem-se tornado progressivamente difícil; e a lacuna fiscal continua a não ser quantificada.

Reconhecemos que, ao longo da próxima década, teremos de aumentar as nossas fontes de receitas fiscais e ampliar a nossa base tributária consideravelmente, de maneira a compensar a diminuição dos impostos comerciais advinda das obrigações para com a OMC e dos acordos comerciais regionais.

(iii) Uma Iniciativa Africana: O Reforço das Administrações Fiscais Africanas

Acreditamos firmemente que uma componente chave de um estado competente inclui a existência de administrações fiscais eficientes e eficazes.

A melhoria do desempenho da cobrança de receitas fiscais é chave para a construção do Estado e requererá uma melhoria significativa da administração da fiscalidade, através duma melhor prestação de serviços, sensibilização dos contribuintes, utilização eficaz de sistemas automatizados (especialmente no sistema de compensação e monitorização de reclamações), melhor cooperação entre as administrações fiscais por forma combater a fuga ao fisco e o planeamento fiscal agressivo, e o melhoramento das capacidades de auditoria e gestão de recursos humanos.

Para enfrentar estes desafios, **reconhecemos** que a assistência externa terá de ter como base uma análise clara das condições e imperativos locais.

Acreditamos que os doadores podem apoiar mais os esforços para o aumento de receitas nos países com quem têm parcerias, opinião apoiada pelos processos de Gleneagles G8 e Heiligendamm. Dos US\$7,1 biliões aplicados em 2005 em auxílio bilateral na área da administração governamental, política económica e gestão financeira do sector público, apenas 1,7% foram destinados a assistência relativa à tributação.

É neste contexto que **concordamos** em explorar a possibilidade do lançamento duma nova iniciativa dedicada essencialmente ao desenvolvimento da capacidade nas administrações fiscais africanas, que auxiliará os nossos governos a cumprirem os compromissos de Monterrey

Os Administradores Fiscais Africanos que participam nesta conferência decidiram tomar as seguintes medidas:

1. Mandatar uma Comissão Directiva constituída por Comissários Africanos para agir em nosso nome;

2. Esta Comissão Directiva reunir-se-á antes do fim de 2008 com o objectivo de preparar o lançamento do Fórum das Administrações Fiscais Africanas (FAFA);
3. O Fórum será a voz dos Comissários Fiscais Africanos e constituirá uma oportunidade vital para o desenvolvimento de programas e estratégias comuns;
4. A iniciativa do Fórum das Administrações Fiscais Africanas procurará estabelecer relações activas com instituições Multilaterais Africanas existentes, como o Banco Africano de Desenvolvimento, NEPAD e União Africana, bem como organismos económicos regionais;
5. Este será um programa Africano reflectindo as necessidades e estratégias Africanas. Serão os países Africanos a impulsionar e gerir as prioridades do programa, embora todos os doadores e instituições activas devam também apoiá-los;
6. Esta iniciativa do Fórum das Administrações Fiscais Africanas irá trabalhar de perto com doadores e organizações internacionais no desenvolvimento dum programa de desenvolvimento de capacidade que seja sustentável;
7. Este deveria assentar no trabalho das instituições e organizações existentes, evitando assim duplicações. Algumas destas organizações já trabalham juntas no contexto do Diálogo Internacional sobre Tributação e a ATAF poderá também recorrer ao trabalho da ITD. Irá também encorajar e procurar melhorar relações relativamente recentes, incluindo o diálogo Sul - Sul;
8. Encorajaremos e apoiaremos novas Parcerias entre Países Desenvolvidos e Em Desenvolvimento com o objectivo de promover a cooperação e desenvolvimento de capacidade.

Esta iniciativa constitui uma oportunidade para que África possa dizer o que quer dizer no campo da fiscalidade; uma oportunidade para que as instituições africanas assumam a liderança no continente.

Pre vemos que o novo Fórum Africano de Fiscalidade constitua um ponto focal para a troca de experiências em termos de boas práticas e definição de padrões de actuação. O Fórum realizará o seu próprio trabalho de pesquisa na área da tributação no continente Africano, criará instrumentos de diagnóstico específicos para os organismos fiscais Africanos e coordenará sessões de diálogo estratégico a serem realizadas com regularidade entre estes e desenvolverá, ainda, um programa para a edificação de capacidade.

Os aspectos estratégicos gerais em que o Fórum deverá concentrar-se devem incluir temas como o estabelecimento do equilíbrio adequado entre o serviço aos contribuintes e a cobrança de impostos; a abordagem, por parte das administrações fiscais, em relação a diferentes grupos de contribuintes. Uma

parte integrante do programa será também o desenvolvimento do trabalho do Fórum da OCDE sobre a Administração Fiscal, FMI, WCO, Banco Africano de Desenvolvimento e doadores bilaterais.

Como Comissários e Altos Funcionários do Fisco **temos a responsabilidade** de desempenhar um papel importante e robusto como agentes de mudança, fornecendo a necessária liderança estratégica para o desenvolvimento da integridade e autonomia das nossas respectivas administrações fiscais e desenvolvimento da capacidade e competências técnicas especializadas para que as nossas administrações estejam em condições de desempenhar as suas funções optimamente. Estas competências são necessárias para podermos contribuir para o desenvolvimento duma cultura de cumprimento de obrigações fiscais nas nossas sociedades. Necessitamos de apoio em desenvolver estes conhecimentos e notamos com agradecimento o empenho dos Comissários Fiscais do FTA no sentido de providenciarem o apoio apontado no Comunicado de Cape Town em Janeiro de 2008.

Um grupo orientador de altos funcionários dos serviços de finanças Africanos e organizações interessadas vai reunir-se antes do fim de 2008, para definir um plano de acção com o objectivo de fazer avançar esta iniciativa. Essa reunião deve concentrar-se, ainda, num ou mais aspectos específicos (e.g. como as administrações fiscais abordam a tributação de grandes empresas e companhias multinacionais) que estejam presentemente na agenda das administrações fiscais Africanas.

O resultado desta reunião será dado a conhecer aos Directores dos Serviços de Finanças no princípio de 2009 e incluirá uma proposta concreta para o estabelecimento dum centro fiscal para toda a África.

É com prazer que anunciamos que os resultados desta conferência vão ser integrados no 3º. Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia do Auxílio em Acrá, de 2 a 4 de Setembro, da Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Doha, em Novembro de 2008, e do plano de acção para a Boa Governação em África dos G8.

Queremos expressar os nossos agradecimentos ao Governo Sul-Africano e aos Serviços de Finanças Sul-Africanos por terem acolhido esta reunião, assim como ao Banco Africano de Desenvolvimento, à OCDE, e aos Governos da Alemanha, Irlanda, Países Baixos e Reino Unido pelo seu apoio financeiro.

Finalmente, registamos com apreço o contributo feito pelos Comissários das Administrações Fiscais do Botswana, Gana, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Uganda, os co-patrocinadores deste evento, bem como o contributo feito pelo Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, que muito contribuíram para que os nossos debates fossem incisivos e imbuídos de um espírito de liderança.

Pretória, África do Sul
29 de Agosto de 2008.

Apêndice

Países e organizações que participaram na Conferência Internacional sobre a Fiscalidade, Construção do Estado e Desenvolvimento de Capacidades em África:

África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Camarões, Chade, Chile, Congo (República Democrática), Congo (República), Estados Unidos da América, Gambia, Gana, Irlanda, Japão, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Mauritânia, Moçambique, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Suazilândia, Suécia, Suíça, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.

Banco Africano de Desenvolvimento, African Tax Institute, Department for International Development (Reino Unido), Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ, Alemanha), Institute of Development Studies, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.